

A dimensão relacional da pobreza e a experiência do projeto economia de comunhão

The relational dimension of poverty and the experience of the economy of communion project

DOI:10.34117/bjdv7n3-325

Recebimento dos originais: 08/02/2021

Aceitação para publicação: 15/03/2021

Luciana Gomes da Silva

Mestre em Economia e Management pelo Istituto Universitario Sophia, Firenze, IT.
Graduanda em Direito no Centro Universitário UNDB.
E-mail: luita_gen@hotmail.com

Arnaldo Viera Sousa

Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Professor do
Centro Universitário UNDB.
E-mail: arnaldo.sousa@undb.edu.br

RESUMO

Ao afrontar a problemática da pobreza em toda sua complexidade, faz-se necessário partir para novas formas perspectivas, por isso uma discussão sobre a sua dimensão relacional pode revelar muitos pontos instigantes. Para delimitar o presente estudo, se analisa essa dimensão a partir de uma perspectiva positiva, no intuito de conceber formas de reduzir a pobreza. Portanto, considerando a experiência particular do projeto Economia de Comunhão, se questiona até que ponto o enfoque nessa dimensão relacional pode auxiliar nesse processo. A hipótese se assenta no fato que o projeto se pauta na reciprocidade, sendo o pobre envolvido na construção de relações simétricas, a partir das quais ele pode também contribuir para a superação da pobreza. O estudo, portanto, se pauta no método hipotético-dedutivo, a partir de levantamento bibliográfico e documental, destacando-se um rápido diálogo com pessoas inseridas no referido projeto. Desse modo, foi possível perceber que para tais pessoas, os efeitos dessas relações construídas e a ajuda recebida da Economia de Comunhão é capaz de devolver-lhes o senso de dignidade e as estimulam também a optar pela reciprocidade, numa perspectiva positiva e sustentável.

Palavras-chave: Economia de Comunhão, Pobreza, Reciprocidade.

ABSTRACT

When facing the problem of poverty in all its complexity, it is necessary to move to new perspectives, so a discussion of its relational dimension can reveal many exciting points. To delimit the present study, this dimension is analyzed from a positive perspective, in order to devise ways to reduce poverty. Therefore, considering the particular experience of the Economy of Communion project, it is questioned to what extent the focus on this relational dimension can assist in this process. The hypothesis is based on the fact that the project is based on reciprocity, the poor being involved in the construction of symmetrical relationships, from which he can also contribute to overcoming poverty. The study,

therefore, is based on the hypothetical-deductive method, based on a bibliographic and documentary survey, highlighting a quick dialogue with people included in the referred project. In this way, it was possible to realize that for such people, the effects of these built relationships and the help received from the Economy of Communion are able to restore their sense of dignity and also encourage them to choose reciprocity, in a positive and sustainable perspective.

Keywords: Economy of Communion, Poverty, Reciprocity

1 INTRODUÇÃO

Diante dos graves problemas econômicos e sociais da sociedade hodierna, a pobreza se revela um fenômeno a ser considerado não apenas segundo uma perspectiva material, mas é importante concebê-lo sob outras dimensões. Estudos realizados pelas Organizações das Nações Unidas afirmam que aproximadamente 1,3 bilhão de pessoas de 101 nações no mundo são consideradas “multidimensionalmente pobres”. Mas o que isto significa? Uma nova forma de se observar a pobreza, para além da mensuração da renda, analisando-se outros aspectos essenciais, tais como indicadores ligados à saúde e à educação, por exemplo. Portanto, faz-se oportuno observar a existência de diversas dimensões que podem impactar em situações de pobreza.

Atualmente, é possível notar a emergência de abordagens pautadas em um enfoque relacional da pobreza, passando-se a considerar os contextos sociais e os modos de vida para se chegar a formas efetivas de superar as privações. E isto requer uma abertura a um debate transdisciplinar que favoreça a compreensão do que significa “ser-em-relação”. De fato, assumir este tipo de abordagem representa um desafio, porque não existem indicadores amplamente reconhecidos capazes de medir com precisão a incidência das relações na condição econômica e social das pessoas.

É cediço que a pobreza traz consigo características negativas, porque representa a falta ou a privação de recursos essenciais a uma vida digna, gerando outros tantos males sociais. Todavia ela pode ser muito mais complexa, repercutindo numa dimensão relacional que envolve as relações sociais em geral. Essas relações, não raro, são baseadas em dinâmicas de reciprocidade que precisam ser exploradas positivamente de modo sustentável. Assim como as políticas públicas são necessárias para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões, também se pode vislumbrar iniciativas da sociedade civil, inclusive considerando as metas traçadas por organismos internacionais, tais como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 2030.

Com base em estudos sobre a chamada *Economia Civile*, de origem italiana, sustenta-se uma abordagem humanizante às relações econômicas, viabilizando estratégias de enfrentamento à pobreza, a partir do pressuposto que é necessário um ambiente adaptado ao desenvolvimento de relações simétricas, onde pessoas provenientes de realidades econômicas e sociais diversas, possam se reconhecer com igual dignidade. As dinâmicas de reciprocidade apresentadas pelo economista italiano Luigino Bruni e a experiência particular do Projeto Economia de Comunhão podem fundamentar o debate sobre essa ótica.

Assim, o presente estudo se pauta no seguinte questionamento: Em que medida o Projeto Economia de Comunhão ressalta a dimensão relacional da pobreza de modo a favorecer a sua superação? A hipótese levantada é que como este projeto está pautado numa perspectiva positiva das dinâmicas de reciprocidade, onde o pobre é envolvido em todo o processo de superação de suas privações, através da construção de relações simétricas, é possível chegar a uma medida eficaz e sustentável no enfrentamento à pobreza.

Portanto, o presente estudo está pautado no método hipotético dedutivo, constituindo-se uma pesquisa de caráter explicativo e ligeiramente exploratória, de cunho qualitativo, abordando a temática essencialmente a partir de levantamento bibliográfico, ressaltando a experiência particular desenvolvida pelo projeto Economia de Comunhão, inclusive em diálogo rápido com aqueles que recebem ou receberam a ajuda financeira.

Desse modo, este trabalho divide-se em três partes. Inicialmente, discute-se a problemática da pobreza em sentido amplo, ressaltando-se as bases para compreensão de aspectos relacionais presentes nesse debate. Em seguida, destaca-se o debate sobre a *Economia Civile* e as dinâmicas de reciprocidade e sua possível incidência em situações de pobreza, com base na concepção dos economistas italianos Luigino Bruni e Stefano Zamagni. Por fim, destaca-se o projeto Economia de Comunhão e a percepção do pobre nele inserido.

2 O DESAFIO DA POBREZA EM TERMOS RELACIONAIS

No decorrer da história, pesquisas antropológicas como aquela de Sahlins (1980) levantam a hipótese de que para o homem primitivo o termo pobreza era desconhecido. Analisando as primeiras comunidades, o autor afirma que os homens, mesmo se viviam em uma grande escassez de bens e serviços, em comparação a tudo o que se pode dispor agora, não se consideravam pobres, porque as suas necessidades também eram limitadas. Portanto, observa-se a complexidade para se definir a pobreza inclusive em

termos materiais, dada a necessidade de se considerar a incidência de fatores históricos e antropológicos.

Ainda de acordo com o supracitado autor, a concepção das primeiras comunidades era baseada em duas dimensões: uma individual, na qual não tinham a percepção de ser pobres, simplesmente porque não morriam de fome, ou seja, suas necessidades essenciais eram satisfeitas com o pouco que tinham; e outra relacional, isto é não se consideravam pobres porque não se via diferença entre os membros da comunidade. Portanto, se observa a existência dessas dimensões desde os primórdios da vida social e não deveriam ser desconsideradas também no contexto econômico atual.

Dessa forma, ressalta-se que para Rahnema (2005) limitar a pobreza apenas aos aspectos materiais pode ser perigoso, porque assim desvalorizam ou negam a diversidade e a riqueza das dimensões culturais e humanas que constituem tais representações sociais, tal concepção vai ao encontro daquilo que o economista Amartya Sen também defende em sua obra *A ideia de Justiça* (2009). Nesse sentido, cumpre destacar que, segundo Outeiro e Nascimento (2020), mesmo numa perspectiva de igualdade, não é possível se valer apenas da métrica da renda. Ao comparar, por exemplo, uma pessoa com deficiência, com uma mulher grávida e um adolescente, observa-se que cada um possui necessidades específicas e mesmo que disponham da mesma renda, suas expectativas de vida são diversas. Assim, destaca-se a seguinte definição comparativa do sujeito pobre:

O pobre universal desenvolve um papel de personagem negativo ‘por subtração’, ou seja, por aquilo que não tem, contrariamente ao rico que vem coberto por todas as suas qualidades positivas. O pobre é um peso constante para uma economia que representa a sua única possibilidade de salvação, mas na qual não consegue integrar-se, porque recebe em continuação sem poder nunca restituir nada (RAHNEMA, 2005, p.127, *tradução nossa*)¹.

Na Economia, portanto, pode-se perceber que há um modelo antropológico e relacional que designa os relacionamentos em um certo modo. Assim, cada elemento econômico é apenas a definição de uma parte mais profunda e social. Se isso for verdade, para compreender a pobreza, não se pode contar unicamente com instrumentos econômicos, mas impõe-se a necessidade de compreender que modelo de homem está realizando a gestão do mercado.

¹ Texto original: Il povero universale svolge il ruolo del personaggio negativo definito “per sottrazione”, ovvero per ciò che non ha, contrariamente al ricco, che invece viene ammantato da tutte le qualità positive. Il povero è un peso costante per un’economia che peraltro rappresenta la sua unica possibilità di salvezza, ma nella quale non riesce integrarsi, perché riceve in continuazione senza poter mai restituire nulla (RAHNEMA, 2005, p.127).

Ao considerar somente a existência do *homo economicus*, segundo a concepção da escola econômica neoclássica, arrisca-se a perder algumas características essenciais do homem, que além de ser um sujeito autointeressado é um sujeito-em-relação, como afirma Martin Buber (1993). De fato, um grande problema para a civilização é que na modernidade se constrói uma visão do homem como um ser essencialmente egoísta que despreza a dimensão relacional. Por isso, o que se observa é um falimento contínuo do sistema capitalista pautado apenas no *self interest*, incidindo em todo o âmbito econômico.

Segundo Rahnema (2005), o sujeito pobre definido por um contexto social discriminante e fechado vem logo identificado como um parasita privado de tudo, condenado a pedir sem nunca poder dar nada em troca e por isso constrangido a viver sobre o risco de ver exaurir-se a sua capacidade relacional. Isto representa um desafio a ser enfrentado, porque o pobre começa a aceitar a ideia que se faz dele, ou seja, “interioriza a própria vergonha e se torna aquele objeto fácil de manipular cuja sobrevivência depende somente de algum outro” (RAHNEMA, 2005, p. 86, *tradução nossa*)². É, portanto, uma prática que precisa ser combatida também no contexto de pobreza, por isso a necessidade de se discutir sua dimensão relacional.

Na visão relativa-qualitativa de Simmel (2013), citada por Iorio (2013), se observa que a pobreza é considerada privação, passividade, ausência ou carência de atividades projetuais que caracterizam uma dada qualidade de vida, ou derivante de um evento de crise, manifestada através das interações sociais. Assim, ao comentar a definição de Simmel(2013), conclui: “A pobreza, portanto, pode ser eliminada se aos pobres for permitido dar assim como recebem. Esses podem ser plenamente integrados no tecido social se os é oferta oportunidade de dar” (IORIO, 2013, p. 115). Isto porque, para os referidos autores, é imprescindível abolir as relações de dependência, sobretudo em virtude da subcategorização que estas recebem da sociedade.

Assim, a visão relacional que insere os pobres na adversidade do contexto social tem o desafio de encontrar elementos que possam favorecer o equilíbrio entre o dar e o receber. Um ponto importante é aquele de promover as condições que consentem aos pobres desenvolver as próprias capacidades, tal como discutido por Sen (2009). Para assim desenvolver a “riqueza” existente na condição de pobreza, doando aos pobres a possibilidade de emergir da situação de opressão de modo relativamente autônomo e livre. Bruni (2012) afirma que quando não se parte deste reconhecimento, os processos de

² Texto original: interiorizza la propria vergogna e diventa quello oggetto facile di manipulare di cui la sopravvivenza dipende soltanto di alcun altro (RAHNEMA, 2005, p. 86).

desenvolvimento e de “capacitação” dos “pobres” podem ser ineficaz ou até danosos, porque falta a estima do outro e das suas qualidades.

Nesse sentido, observa-se que a relacionalidade não é um aspecto muito considerado pela Economia do Desenvolvimento, autores como Amartya Sen consideram sobretudo as oportunidades dadas e a capacidade das pessoas se desenvolverem, entretanto, o respeito à dignidade do outro como meio de promover o seu desenvolvimento, ainda não entra em questão. Por isso, faz-se oportuno aprofundar outras concepções como aquelas apresentadas pela Economia Civil, considerando aquilo que os economistas Luigino Bruni e Stefano Zamagni destacam como alguns de seus aspectos fundamentais.

A Economia Civil nasceu no período do iluminismo italiano e se fundamenta sobre a concepção do mercado baseada no princípio de reciprocidade e outras virtudes civis. Segundo Bruni e Zamagni (2004), trata-se de “uma prospectiva cultural da qual interpretar a inteira economia, com a intenção de colocar as bases de uma diversa teoria econômica” (BRUNI; ZAMAGNI, 2004, p.15). Nesse sentido, a Economia Civil pode assumir as funções prático-orientativas rejeitadas pela tese de valor da liberdade, que restringe o saber econômico científico àquilo que é estritamente racional. Para os autores, a razão científica poderia desenvolver uma função na fixação de valores, partindo do pressuposto que valores ou princípios e conhecimento científico não devem se contrapor.

Dessa forma, tem-se que a proposta é de uma concepção que olha a experiência da socialidade humana e da reciprocidade inseridas na vida econômica. Por isso, não basta um sistema econômico eficiente na produção da renda. Para Bruni e Zamagni (2004) é necessário que tal sistema encontre também modos de redistribuir a renda igualmente entre aqueles que contribuem a gerá-la. E isto não só por razões de natureza ética, mas também por razões econômicas. Para os autores, é o mesmo sistema de mercado que não pode funcionar a longo prazo se as cotas que reguardam aos seus membros não chegam, gerando a falta de poder aquisitivo. Nesse sentido, se sobressai o papel da reciprocidade, vez que esta pode ser capaz de promover a confiança generalizada sobre os mercados. Assim, para a Economia Civil o desafio é aquele de “conjuguar dentro do mesmo sistema social estes três princípios: eficiência, equidade e reciprocidade” (BRUNI; ZAMAGNI, 2004, p.23).

Portanto, a experiência da reciprocidade deve se realizar em um contexto de riqueza e pobreza, considerando a diversidade, mas que ao mesmo tempo pressuponha que ambas sejam características próprias também dos sujeitos ricos e pobre. Isto é, estas duas realidades devem ser consideradas como dois polos opostos, porque através das interações

sociais a riqueza e a pobreza podem aproximar, unir e transformar. Neste sentido, vale considerar aquilo que Signore (2009) diz sobre a importância das relações:

Colocar ao centro a “relação” significa, portanto, eliminar os riscos e os efeitos de uma “razão sem o outro”, significa também livrar-se do sentido de onipotência que quase sempre acompanha as nossas experiências humanas e conduz ao esquecimento do seu estado de necessidade que hoje mais do que nunca pede para conciliar-se com o espírito de comunidade invocado por experiência da fraternidade, e por abertura àquele sentimento de “fragilidade” que dá um sentido novo, pelo menos diverso, às nossas relações, ao nosso relacionamento com o homem e as suas necessidades (SIGNORE, 2009, p. 72, *tradução nossa*)³.

Assim, considerando que as relações ocorrem inseridas em um espaço determinado, sendo fruto de uma vida em comum, seja em um grupo específico ou em uma comunidade, é possível vislumbrar uma perspectiva de reciprocidade entre ricos e pobres sobre uma dinâmica relacional que se concretiza com a construção de relações simétricas através do reconhecimento do outro. Portanto, torna-se determinante trabalhar com uma perspectiva formativa ou cultural que conduza à consciência coletiva em favor das relações baseadas nas dinâmicas de reciprocidade.

3 DINÂMICAS DE RECIPROCIDADE E SUA INCIDÊNCIA SOBRE A POBREZA

Partindo do pressuposto que a reciprocidade seja a forma de relacionalidade mais adequada à abordagem positiva da dimensão da pobreza, dada esta necessidade de equilíbrio social e econômico, onde todos possam de alguma forma ter as mesmas oportunidades de desenvolvimento, busca-se reforçar o discurso sobre essa perspectiva. Assim, no âmbito deste estudo se analisará a reciprocidade, a partir da obra desenvolvida pelo economista Luigino Bruni que se intitula: *As dinâmicas de reciprocidade*, de 2006. Portanto, autor destaca que a reciprocidade pode ocorrer em três diversas modalidades: a *reciprocidade cauta*, a *reciprocidade philia* e a *reciprocidade gratuita*.

A reciprocidade cauta é típica dos contratos, onde há um pacto vinculante que obriga as pessoas a cooperar, portanto é uma reciprocidade condicionada. As pessoas que escolhem a reciprocidade cauta (a chamada tipo C) antes observam se os outros cooperam

³ Texto original: Mettere al centro la “relazione” significa, quindi, sconfiggere i rischi e gli effetti di una “ragione senza l'altro”, significa anche liberarsi dal senso di onnipotenza che spesso accompagna le nostre esperienze umane e conduce alla dimenticanza del suo stato di bisogno che oggi più che mai chiede di conciliarsi con lo spirito di comunità invocato per l'esperienza della fraternità, e per apertura a quel sentimento della “fragilità” che dà un senso nuovo, almeno diverso, alle nostre relazioni, al nostro rapporto con l'uomo e le sue necessità (SIGNORE, 2009, p. 72).

e depois começam também eles a cooperar. A reciprocidade *philia* (tipo B) é também condicionada, exige a resposta dos outros, porém, diversamente da relação contratual, que é anônima, a *phília* é “personalizada”, porque «na amizade a identidade é essencial» (Bruni 2006, p.82).

Na prática, as pessoas que escolhem a reciprocidade *philia* têm a atitude corajosa de iniciar cooperando, porém terminam sem cooperar quando vêem que o outro não coopera. Por fim, existe a reciprocidade gratuita ou incondicional onde as pessoas escolhem de cooperar sempre independentemente da resposta do outro (a chamada tipo G). Porém, para que se chegue a um resultado efetivo é importante que estas dinâmicas de reciprocidade se desenvolvam dentro de um grupo de modo contínuo, onde todos possam atuar os três tipos de reciprocidade. Segundo Bruni (2006):

Quando na realidade da vida social conseguimos cooperar quase sempre depende do fato que estipulamos pactos, formais ou tácitos, com sanções e incentivos de várias naturezas ou que seguem outras lógicas de cooperação ou que o jogo se repete. Uma sociedade civil funciona e o desenvolvimento humano avança quando se criam muitas situações onde este tipo de cooperação pode iniciar. Em propôr formas alternativas de reciprocidade distintas daquela tradicionalmente econômica, a ideia não é contrapôr boas ou altruístas formas de reciprocidade àquelas ruins e egoístas da economia tradicional, quanto saber bem combinar e harmonizar mais formas de reciprocidade, aquela dos contratos compreendida (BRUNI, 2006, p.62-63).

Para o referido autor, se trata de um modelo inspirado na Teoria dos jogos⁴ o qual se ocupa de estudar as situações de interdependência estratégica. Um famoso exemplo de jogo decisional que pode favorecer a compreensão das dinâmicas de reciprocidade propostas por Bruni é o dilema do prisioneiro, introduzido por Tucker em 1951. O dilema consiste basicamente nisto: dois sujeitos que devem fazer das escolhas simultaneamente e um não sabe o que o outro escolherá. Cada sujeito tem duas possibilidades: cooperar (onde se pode obter o melhor resultado para todos, se ambos cooperam), ou não cooperar (neste caso, cada um procurará extrair o melhor resultado para si mesmo e provavelmente o resultado será a não cooperação).

Através deste jogo é possível obter uma definição precisa da cooperação: o sujeito deve estar disposto a pagar um custo, para que o outro possa receber um benefício. Isto é, se ambos cooperam perdem a possibilidade de receber um benefício melhor a nível

⁴ Teoria que surgiu em 1944, com a publicação de Von Neumann e Morgenstern: A teoria dos jogos e o comportamento econômico. Posteriormente, incrementada por John Nash com o conceito de ponto de equilíbrio.

individual, porém os dois podem ficar seguros de receber o segundo melhor resultado, tal como se observa no esquema abaixo:

A/B	Coopera	Não Coopera
Coopera	3,3	1,4
Não coopera	4,1	2,2

Segundo Nowak (2012) a cooperação não quer dizer apenas colaborar em vista do alcance de um objetivo comum, mas compreende a decisão de potenciais competidores de adotar uma estratégia nova, ajudando-se reciprocamente. Para Bruni (2006) a capacidade de cooperar em vista de um bem comum é uma característica típica quando se vislumbra à função civilizadora do mercado, para além da visão contida na nossa cultura pós-moderna que o associa apenas à mera competição.

Nos diversos jogos da vida social, se pode considerar também a cooperação sustentada pelos incentivos relacionais. Zamagni (2007) afirma que quando se escolhe um comportamento “racional”, os jogadores se apelam a uma forma de reciprocidade e podem usufruir de uma externalidade psicológica adicional derivante da interação com o *partner* que compartilha o seu mesmo sistema de valores, e mais especificamente, a sua mesma atitude pró-social. Todavia, Bruni (2006) ressalta que em um mundo feito somente de pessoas que escolhem a reciprocidade cauta ou *philia* – tipo C ou B (ou seja, que seriam aqueles tipos de reciprocidade condicionadas), a cooperação não poderá sustentar-se, porque a amizade pela sua característica de “eletividade” não é apta a iniciar um processo de reciprocidade em contextos nos quais estão presentes sujeitos que ainda não são inseridos.

Dessa forma, se entende a importância fundamental daqueles que escolhem a reciprocidade incondicional ou gratuita (tipo G), vez que ela é a única capaz de acordar a reciprocidade cauta e sustentar a reciprocidade *philia*. A estratégia de reciprocidade gratuita se mostra, portanto, indispensável para sustentar qualquer projeto social, porque é a única que não é condicionada por fatores externos (contrato ou amizade) mas vem estimulada por recompensas intrínsecas, por isso aqueles que escolhem esta modalidade de reciprocidade, pode-se dizer que acrescentam algo ao seu *pay-off* no jogo. Todavia não deve ser o único modo de reciprocidade, porque na continuidade do jogo a tendência é que aqueles que cooperam sempre sejam desfrutados por aqueles que não nunca cooperam e os primeiros acabariam desistindo de cooperar.

De fato, Bruni (2006) destaca que se deve considerar as três estratégias juntas (C, B e G), inserindo também aqueles que pensam de não ter a possibilidade de cooperar. Por isso, é necessário que estas dinâmicas se desenvolvam em um determinado contexto ou grupo específico, onde se possa prever uma distribuição equilibrada por pessoas que escolhem reciprocitar nas modalidades *cauta*, *philia* e *gratuita*, ou mesmo também entre aqueles que ainda não cooperam.

Com o intuito de aplicar essas dinâmicas de reciprocidade à dimensão relacional da pobreza, observa-se que estas podem servir para inserir também o pobre de maneira sistemática em tais dinâmicas, buscando valorizá-lo, porque também ele é um potencial cooperador. Precisa somente perceber que se trata do desafio de construir relações simétricas, considerando que além de receber, ele é capaz de doar. Afinal, inicia doando suas próprias necessidades. Posteriormente, quando sua situação econômica e social vai se transformando, graças a essas relações construídas, pode ser que passe também a contribuir livremente.

Nesse sentido, cumpre ressaltar que ainda que seu contributo não seja próprio equivalente àquilo que tem recebido, ou que não restitua algo a quem doou de modo direto, porém o importante é a predisposição a reciprocitar segundo qualquer dos três modos sugeridos por Bruni (2006). Fazendo assim, será possível vislumbrar a extensão dessa rede de relações simétricas abertas, capazes conduzir a resultados positivos no enfretamento da pobreza. Para uma maior imersão nesse debate, destaca-se em sequência a experiência do Projeto Economia de Comunhão.

4 PROJETO ECONOMIA DE COMUNHÃO E OS EFEITOS DA RECIPROCIDADE

Trata-se de um projeto social nascido no início dos anos noventa, pouco depois que João Paulo II tinha publicado a encíclica *Centesimus Annus*. Chiara Lubich, fundadora do Movimento dos Focolares, inspirada por reflexões sobre aquela encíclica, afirma no seu discurso em 1991: "(...) essa representa uma radiografia perfeita da situação econômico-social e política do mundo de hoje: situação dramática em tantos lugares como na América Latina e em muitas outras partes". Por isso, durante sua viagem ao Brasil, comovida com as grandes desigualdades lança o projeto Economia de Comunhão.

Antes de um compreender como o projeto funciona na prática, é necessário destacar que as suas raízes são ligadas à espiritualidade do Movimento dos Focolares. Trata-se de um movimento eclesial nascido em Trento no 1943, durante a Segunda guerra

mundial, como uma corrente de renascimento espiritual e social que privilegia o diálogo como método, no empenho constante de construir pontes e relações de fraternidade entre indivíduos, povos e âmbitos culturais.

A partir desta premissa, ressalta-se que o surgimento do projeto Economia de Comunhão ocorre durante uma viagem de Chiara Lubich a São Paulo, em 1991. Diante da miséria da periferia em contraste com os grandes arranha céus do centro, a fundadora do movimento propõe um projeto para incidir sobre a desigualdade, baseado na prática dos primeiros cristãos de colocar os bens em comum, que era também prática dos membros do Movimento dos Focolares desde alguns anos. De fato, a comunhão dos bens se tornou uma práxis, indo além das obras de caridade ou assistencialistas, ou seja, tinha uma atenção à questão social de modo mais amplo e o desejo de contribuir à sua solução.

Portanto, Lubich (2001) lança a proposta do projeto Economia de Comunhão - EdC, dizendo: “Pensei que se pode criar entre nossos membros da empresa, de modo a empenhar as capacidades e os recursos de todos para produzir juntos a riqueza a favor de quem se encontra na necessidade” (LUBICH, 2001, p.23). Assim, o projeto idealiza um modelo de empresa com as seguintes características: gestão feita por pessoas competentes, capazes de obter lucros que sejam livremente colocados em comum e dividido em três partes - uma parte para ajudar os pobres; uma outra parte para desenvolver estruturas de formação para "homens novos" (pessoas envolvidas em uma cultura de partilha) e uma última parte destinada ao desenvolvimento da empresa.

Assim, tem-se que tal experiência é pautada numa perspectiva de reciprocidade, que, de acordo com Zamagni (2006), se fundamenta na seguinte ideia: “Na relação de reciprocidade todas as ações trocadas não são indissociáveis das relações humanas construídas, portanto na reciprocidade a troca não é anônima e impessoal. Assim, os pobres da EdC, não são apenas um apêndice no projeto, mas constituem uma sua parte ativa” (ZAMAGNI, 2006, p.19). De fato, os pobres não são pessoas anônimas, são, de alguma maneira, participantes da comunidade do Movimento dos Focolares. Além disso, eles também além de colocar suas necessidades em comum, passam a compartilhar o pouco que têm em favor dos outros, vivendo conforme a lógica da reciprocidade. E, apenas a sua condição melhora renunciam à ajuda recebida, para que outros possam se beneficiar.

Nesse sentido, nos concentramos especialmente sobre a experiência de pobreza vivida no projeto Economia de Comunhão, partindo de dois aspectos que representam aquela perspectiva positiva: a pobreza escolhida e a dimensão relacional da pobreza. Uma das primeiras considerações que Chiara Lubich fez quando lançou a proposta do projeto

Economia de Comunhão foi que os membros do Movimento dos Focolares eram pobres, mas eram tantos. Assim, aqueles que colocam os bens em comum para concretizar este projeto de alguma maneira também vivem a pobreza. Por isso, a possibilidade real de estabelecer relações simétricas.

Dessa forma, cabe ainda ressaltar que a reciprocidade gratuita que ocorre no contexto de pobreza e na experiência da EdC, não se refere a ações altruístas. Isto porque, como dito antes, as pessoas que recebem a ajuda da EdC são conhecidas, participam da vida do Movimento dos Focolares. Estas relações amadurecem dentro de uma comunidade local e por isso existe sempre a possibilidade para o pobre de ser envolvido na rede de reciprocidade. Todavia ao observar a estatística dos pobres beneficiados pela EdC não se encontra informações detalhadas sobre a prática da reciprocidade, porque essas relações não são facilmente quantificáveis.

Para ter uma ideia geral de resultados do projeto, de acordo com os documentos publicados pelo projeto Economia de Comunhão nos anos de 2013-2014 observou-se que a partilha dos lucros das empresas e das doações pessoais superou 1,3 milhões de euros e foram ajudadas cerca 2 mil pessoas, nos diversos países onde tem uma comunidade do Movimento dos Focolares. Ademais, o projeto prevê também o financiamento de bolsas de estudo a jovens de diversas nacionalidades no Instituto Universitário Sophia, localizado em Figline e Incisa Valdarno - FI/IT, o que para a EdC representa um investimento na formação daqueles que no futuro podem propagar o modo de agir econômico inspirado na "cultura do dar".

Assim, as pessoas recebem a ajuda da EdC seja através de uma pequena quantia financeira mensal, ou mesmo através de ajuda específica para a formação cultural, segundo a lógica da reciprocidade. O primeiro tipo de ajuda é destinado aos pobres para cobrir as despesas com a saúde, a habitação ou para instrução dos jovens. Na realidade, não existe uma previsão exata de quanto tempo duram as ajudas e as circunstâncias são diversas, por isso, é difícil também ter um perfil detalhado deste pobre.

Em relação à percepção da maioria das pessoas que recebem a ajuda da EdC, elas consideram que esta é uma maneira de superar a condição de pobreza. Entretanto, é interessante observar que em diálogo com elas, não se consideram pobres. Este processo pode resultar do reconhecimento das suas dignidades por elas mesmas e também através da construção daquelas relações simétricas, onde não há diferença entre quem doa e quem recebe e que podem gerar a continuidade na disseminação da reciprocidade.

Portanto, cabe notar que as dinâmicas de reciprocidade permitem adotar diversas formas de relacionalidade seja com a formulação dos pactos ou contratos (reciprocidade cauta), seja através dos vínculos de amizade (reciprocidade *philia*) ou com ações gratuitas para com o outro (reciprocidade gratuita), segundo os diversos contextos ou circunstâncias vividas dentro de um ambiente essencialmente civil, assim como aquele gerado pela experiência da EdC, nos ajuda a compreender a dimensão relacional da pobreza em perspectiva positiva e sustentável.

Segundo Iorio (2013) a EdC considera os pobres não como destinatários passivos das ajudas, mas como *partner* de um empreendimento no qual a conveniência se torna práxis. A lógica é esta de construir relações simétricas entre os diversos sujeitos envolvidos com o intuito de enriquecer-se reciprocamente. Portanto, pode-se perceber que no projeto EdC é concedida aos pobres a possibilidade de se inserem nas dinâmicas de reciprocidade como sujeitos ativos de maneira livre.

Atualmente, no Brasil, o projeto Economia de Comunhão se concretiza por meio da criação de empresas e de Pólos Industriais (em São Paulo e Recife) ou mesmo pela associação de pessoas físicas ou jurídicas à ANPECOM – Associação Nacional por uma Economia de Comunhão. Existem linhas diretivas a serem seguidas, respeitando-se a idealização inicial do Projeto. E, o número de empresas que aderem à proposta continua crescendo no mundo. De acordo com o último relatório publicado no ano de 2018, no site da EdC no Brasil, em países como Argentina, Brasil, Cuba, Portugal, Itália e Nigéria, foram criados ou consolidados 237 postos de trabalho e 108 microempresas. Além disso, 338 pessoas foram formadas profissionalmente e mais 368 famílias foram beneficiadas com a ajuda recebida pela EdC.

Ademais houve outras iniciativas e formas de investimento, tais como a implementação de uma rede de incubadoras de empresas no mundo, criação de um laboratório de consumo consciente e democracia econômica, dentre outros. Assim, observa-se que há ainda muito a fazer em termos relacionais para que se consiga obter, a partir de iniciativas como estas, a redução efetiva da pobreza no mundo, o que poderá representar bons sinais para um recomeço no âmbito econômico, se houver maior interesse por parte de instituições públicas e privadas em considerar a dimensão relacional da pobreza, segundo essa mesma perspectiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo foi possível observar que existe uma perspectiva de mudanças de paradigmas econômicos, vez que os atuais se apresentam insustentáveis. Atualmente, os índices de desigualdades sociais e econômicas no mundo chegam a patamares absurdos. Sem dúvidas, se faz muito necessário discutir possibilidades de erradicar a pobreza e devolver aos marginalizados um pouco de dignidade. Contudo, isso perpassa pela adoção de novos termos no contexto atual econômico, tal como propõe a Economia Civil, considerando as dinâmicas de reciprocidade para uma compreensão mais ampla sobre a dimensão relacional da pobreza numa perspectiva positiva.

Portanto, para além de compreender a pobreza como uma privação de recursos materiais, faz-se oportuno percebê-la em sua dimensão relacional, dando ao pobre o sentido de participação efetiva no processo de superação da pobreza, por meio dessas relações desenvolvidas segundo as dinâmicas de reciprocidade. É a partir dessa concepção que se chega a resultados satisfatórios no enfrentamento da pobreza, tal como foi possível observar, ainda que de forma limitada e microscópica, por meio da experiência realizada no âmbito do projeto Economia de Comunhão.

Assim, longe de esgotar o debate, percebe-se que tal experiência pode fundamentar estratégias eficazes de combate à pobreza no âmbito da iniciativa privada. Mas há que se questionar ainda quais seriam os efeitos da adoção das dinâmicas de reciprocidade em implementações de políticas públicas. Partindo do pressuposto que na relação horizontalizada ou simétrica o pobre também é convidado a contribuir, deve-se considerar que investir nele pode ser inclusive uma medida racional, capaz de refletir na sustentabilidade econômica e social que pode beneficiar uma coletividade.

REFERÊNCIAS

BRUNI, L.; ZAMAGNI S. **Economia Civile: efficienza, equità e felicità pubblica**, Il Mulino, Bologna 2004.

_____, L. **Reciprocità: Dinamiche di cooperazione economia e società civile**, Ed. Bruno Mondadori, Milano, 2006.

_____, L. **Le nuove virtù del mercato: nell'era dei beni comuni**. Città Nuova, Roma, 2012.

BUBER, M. Io e tu, In: **Il principio dialogico ed altri saggi**. Cinisello Balsamo, San Paolo, 1993.

IORIO, G. **Interpretazioni di povertà: come uscire dalla deprivazione**, Franco Angeli, Milano 2013.

LUBICH, C. **L'economia di comunione storia e profezia**. Citta Nuova, Roma, 2001.

NASH, J.F. Non-cooperative games, **Annals of Mathematics**, vol. 54, pp. 286-295, 1951.

NOWAK M.A. **Supercooperatori - Altruismo ed evoluzione: perché abbiamo bisogno l'uno dell'altro**. Codice edizioni, Torino, 2012.

OUTEIRO, G. M. de; NASCIMENTO, D. M. A igualdade de capacidades e funcionamentos de A. Sen e o desenho institucional do direito social à moradia. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 312-328, jan. 2020.

RELATÓRIO EdC 2013-2014. Disponível em: <<https://www.edc-online.org/br/publicacoes/relatorios-edc/relatorio-edc-2013-2014/10086-as-surpresas-do-censo.html>>. Acesso em: 23 fev 2015.

SAHLINS, M. **L'economia dell'età della pietra**. Bompiani, Milano, 1980.

SEN, A. **L'idea di giustizia**, Ed. Mondadori, Milano, 2009.

SIGNORE, M. **Economia del bisogno e etica del desiderio**, Pensa Multimedia Editore, Lecce, 2009.

SIMMEL, G. **Sulla povertà**. Franco Angeli, Milano, 2013.

VON NEUMANN, J.; MORGENSTERN, O. **Theory of Games and Economic Behaviour**, Princeton University Press, 1944.

ZAMAGNI, S. L'economia come se la persona contasse. Verso una teoria economica relazionale, in Sacco P.L. - Zamagni S. (a cura di), **Teoria economica e relazioni interpersonali**, il Mulino, Bologna, 2006.